

interêsse, e à responsabilidade particular. (*Muitos apoiamos, muito bem*).

A alfândega da côrte deve ser considerada a primeira casa de negócio desta capital, e como tal deve ser dirigida.

Em relação às alfândegas, e outras grandes administrações como os correios, por exemplo, um dos meios a empregar para obter boa direção, maior utilidade dos serviços e melhor remuneração das despesas do Estado, é exatamente a descentralização das atribuições administrativas. Se por êsses serviços o ministro é o primeiro responsável, porque todos os serviços correm sob suas ordens e por sua conta, é preciso também que o ministro procure primeiro homens que mereçam toda a sua confiança, e que, achados êsses, tenham êles na sua qualidade de responsáveis, perante a opinião, pelas grandes administrações que lhes são confiadas, na sua posição de quase ministros, tenham, sujeitos a regras invariáveis para o serviço, que protejam dos caprichos e injustiças os empregados sob suas ordens, uma autoridade absoluta, independente da intervenção do ministro, enquanto se conservarem nesses lugares.

Há pouco o presidente dos Estados Unidos dirigia uma carta ao coletor da alfândega de New York, por êle nomeado.

Como nós sabemos, nos Estados Unidos há o sistema dos despojos, não há a tolerância política que existe entre nós. Os cargos públicos pertencem aos homens do partido. A alfândega de New York é uma máquina política de força extraordinária, é um fator importante e considerável na política daquele país, porque o é na do Estado de New York, e a reforma do serviço civil foi feita com êsse fim, para separar a administração da política.

O honrado presidente dos Estados Unidos dizia em uma carta circular aos empregados superiores do pôrto de New York, por êle nomeados, e que dispõem alí de grande patronato e imensa clientela: "nem as cartas do Presidente, nem as do Secretário da Fazenda, nem as dos senadores e membros do Congresso deverh prevalecer para a nomeação, demissão ou promoção dos empregados sob vossas ordens. Guiai-vos pelos princípios certos da reforma do serviço civil."

O que é preciso é haver entre nós êsse mesmo sistema uniforme dos Estados Unidos, e da Inglaterra; é responsabilidade efetiva e, para isso, maior autoridade daqueles empregados que respondem perante o ministro por êsses mesmos serviços, pelos quais o ministro responde perante as câmaras (*Apoiados*).

Uma homenagem dos cegos ao presidente do DASP

A expedição do decreto-lei n. 5.895, de 20 de outubro de 1943, pelo qual foi o D.A.S.P. autorizado a estudar e a expedir normas para o aproveitamento de indivíduos de capacidade reduzida em cargos e funções do serviço civil federal, foi recebida com geral simpatia em todo o país e causou grande júbilo entre aqueles a quem essa providência interessa diretamente.

Aproveitando a oportunidade da assinatura do referido decreto-lei, os cegos do Brasil resolveram prestar uma homenagem ao Sr. Luiz Simões Lopes, presidente do D.A.S.P., não só pela iniciativa dêste órgão em propor ao Sr. Presidente da República a medida em aprêço, como também pelo interêsse pessoal que o presidente do D.A.S.P. vem há muito tempo demonstrando pela situação social e econômica dêsses nossos patrícios.

Não é, aliás, a primeira vez que os brasileiros privados da vista manifestam públicamente sua gratidão ao Sr. Luiz Simões Lopes, que já foi por êles chamado, em outra ocasião, "o amigo número um dos cegos do Brasil." Realmente, o presidente do D.A.S.P., de um certo modo, já se antecipara àquela providência, permitindo que candidatos cegos se inscrevessem em provas de habilitação para funções compatíveis com a sua condição física.

A homenagem que estamos registrando foi realizada na Associação Aliança dos Cegos, no dia 29 de novembro último, e teve como finalidade testemunhar, uma vez mais, a estima e a gratidão dos cegos brasileiros ao Sr. Luiz Simões Lopes, pela sua ação interessada em favor dêsse grupo humano, cuidando do seu aproveitamento como elementos de trabalho, tornando-os úteis aos seus semelhantes, integrando-os na sociedade, proporcionando-lhes, em suma, uma oportunidade de cooperar no esforço comum pelo progresso do Brasil.

Foi uma cerimônia verdadeiramente tocante, na qual o Sr. Simões Lopes foi alvo das mais expressivas provas de amizade e reconhecimento por parte de todos quantos se encontravam reunidos no salão nobre da Associação Aliança dos Cegos.

O primeiro orador a se ouvir foi o Sr. João Eleutério, membro do Conselho da Associação, que, em palavras cheias de emoção, disse da gratidão dos cegos do Brasil pela atuação do D.A.S.P. em seu benefício e realçou o significado do ato do Chefe do Govêrno determinando que se estudem normas para o aproveitamento, no serviço público, de indivíduos de capacidade reduzida.

A seguir, falou o Sr. Jorge Lacerda, que, em rápido improviso, focalizou a obra já realizada pela

Associação dos Cegos e o que ela representa para todos os associados.

Usou da palavra, por fim, o Sr. David Bittencourt, também membro do Conselho da Associação, que leu o seu discurso, escrito em Braille. Manifestou a satisfação dos presentes em poder homenagear o Sr. Luiz Simões Lopes e congratulou-se pela feliz oportunidade do ato do Sr. Presidente da República.

Levantando-se para agradecer, o Sr. Luiz Simões Lopes foi saudado por entusiástica salva de palmas. Declarou, de início, que a homenagem não lhe devia ser dedicada, mas sim ao Chefe da Nação, que tem toda a sua atenção voltada para os problemas sociais, procurando dar solução adequada a cada um deles. Em seguida, referiu-se ao trabalho realizado pelo D.A.S.P., no tocante ao problema da recuperação do cego, e aos estudos

experimentais realizados, todos eles coroados de pleno êxito. Observou que não é bastante o governo abrir as portas do serviço público aos cegos; é necessário, também, que o exemplo frutifique nas organizações particulares. Aludiu, ainda, ao problema da integração dos cegos na sociedade, prestando novos esclarecimentos a respeito, e ressaltou a ação do professor cego Sr. Espínola Veiga, batalhador incansável pela causa de seus companheiros. Encerrando seu improviso, o presidente do D.A.S.P. agradeceu a homenagem que lhe era prestada e congratulou-se com a diretoria da Associação Aliança dos Cegos, pelo que lhe fôra dado observar na visita que realizara.

Finalizando a cerimônia, o prof. Espínola Veiga pronunciou um rápido discurso, dizendo que o maior desejo dos cegos é cooperar, de qualquer maneira, no esforço de guerra do Brasil.

Marília Bastos

O falecimento quasi inacreditável de Marília Bastos trouxe à época festiva do fim do ano um travo de perplexidade e de amargura. Quando todos se preparavam para as efusões desses dias de fraternidade, e ela mesma, alegre e des-cuidada, formulava os seus projetos de Natal, fulminou-a a morte, sem dar tempo, ao menos, ao murmúrio de um adeus.

A 15 de dezembro, como de costume, Marília, que era Chefe da Secção de Contrôles da Divisão de Orientação e Fiscalização do Pessoal, compareceu ao trabalho sem nada que denotasse enfermidade ou anormalidade de saúde. Encerrado o expediente, guardou os seus processos, pôs em ordem os seus objetos de uso e retirou-se sorridente para voltar no dia seguinte. Mas não voltou mais. Ainda na escadaria externa do Ministério da Fazenda, um mal repentino assaltou-a, prostrando-a. Fôram inúteis os socorros prestados e improficuos todos os recursos da ciência. Às duas horas da madrugada de 16 de dezembro, Marília fechava os olhos para sempre, deixando no serviço público uma grande lacuna e uma dor imperecível no coração de sua família e de seus companheiros de trabalho.

Marília Bastos teve atuação marcante na obra de renovação do Serviço Civil brasileiro.

Professora municipal, formada pela antiga Escola Normal do Rio de Janeiro, Perito-Contador e Atuário, pela Escola Técnica Comercial do Instituto Brasileiro de Contabilidade, ingressou no serviço público, mediante prova, como Escri-turário da Estrada de Ferro Central do Brasil, passando, depois, a exercer o cargo de Contador da Contadoria Geral da República, prestando, no Ministério da Fazenda, concursos de 1.^a e 2.^a entrância. Foi na Contadoria Geral da República que o Embaixador Maurício Nabuco a foi buscar para fazer parte da Comissão do Reajustamento, reunida no Palácio do Catete, em 1936.

Marília Bastos participou ativamente de todos os trabalhos preparatórios de que resultou a lei n. 284, de 28 de outubro daquele ano, havendo sido, em virtude de sua destacada atuação, a primeira funcionária requisitada para o Conselho Federal do Serviço Público Civil, criado pela referida lei. Nêsse órgão, a sua dedicação, a sua operosidade, o seu descortino lhe garantiram, desde o início, uma situação ímpar, que culminou com a designação para Diretora da Secretaria,